

CHOCOS “ESTUFADO”*

Por **Américo Venâncio Lopes Machado Filho**
Universidade Federal da Bahia

É capaz de provocar em alguns leitores um certo grau de aflição, de incômodo ou até mesmo de rejeição a pretensa “falta de concordância” do título acima.

Para outros, talvez mais imediatamente, surpresa, pela incapacidade de decodificar o significado de cada um de seus termos constituintes, sem a ajuda de um bom dicionário. Afinal, que seria um *choco* e como se o *estufaria*? Ou melhor seria dizer, isto é, escrever, *estufá-lo-ia*? *Estufaria-o*? Ah, perversa e coercitiva gramática!

E na hora do almoço, então, como se haveria de fazer o pedido? *Ch<ô>cos* ou *Ch<ó>cos*, por que o <ô>lho ou os <ó>lhos aflitos – bastante maiores que a boca – já há muito, pelo avançado da hora, demandariam?

Quantas reações e dúvidas um ‘pequeno molusco marinho cefalópode’ poderia causar em um simples falante da língua portuguesa, sobretudo se a construção morfossintática em causa estivesse patente em uma *ementa*, ou seja, *cardápio*, de um restaurante universitário em Coimbra? Estrutura linguística devidamente registrada, que se diga, pela facilidade de alguns “pixels” de uma câmara de um *telemóvel*, isto é, de um solidário e imprescindível *celular*.

Em uma das muitas íngremes ladeiras que fazem desse paraíso acadêmico português um centro de excelência de pesquisa e ensino, esses *chocos* se ofereciam, inopinadamente, sem qualquer cerimônia de concordância entre o núcleo do SN e seu modificador, pelo módico preço de 4 euros, com purê de batata e salada de folhas, com azeite extra virgem.

Originalmente publicado na página 3 do caderno Cultural, do Jornal A Tarde, de 22/07/2006, sob o título (alterado pela editoria): “Chocos: estufado ou estufados?”.

O pior foi ter podido perceber que quando, pela surpresa de encontrar ali naquele espaço tão inusitada estrutura, se leu em voz alta “ch<ô>cos estufado?”, com o “o” fechado como convém à norma brasileira, uma senhora portuguesa, que se encontrava na mesma “fila”, isto é, na mesma “bicha” – para se ser fiel à seleção lexical do português de Portugal – , retrucou imediatamente: – “ch<ó>cos”, assim como se deve dizer “<ó>vos” e não <ô>vos, Meu Senhor!”. Quanto à concordância, não fez ela, porém, qualquer comentário.

Chocos à parte, há muito que se tem discutido o formato que a língua portuguesa tem assumido nas diversas regiões para onde foi transplantada no processo colonizador português.

Os moçambicanos, os angolanos e os brasileiros, em especial, têm sido constantemente acusados de corromper os ditames gramaticais da “língua-mãe”, a ponto de se discutir se não teriam sofrido um processo de crioulização essas variedades da língua, durante a sua histórica trajetória de constituição.

De todas essas alegadas corrupções – de que não se podem acusar exclusivamente os políticos – a que mais se estigmatiza é a chamada falta de concordância, quer internamente no sintagma nominal, isto é, entre o determinante (artigo etc), o nome e seus complementos, quer entre o sintagma nominal e o sintagma verbal, a exemplo de sentenças como “Os menino bonito foi ...”, o que tem feito com que milhões de brasileiros se sintam linguisticamente incompetentes e, na conseqüente falta de autoestima, confessem “não saber falar o português”.

Não se trata, aqui, de ingenuamente defender a falta de estandardização ou padronização linguística no país, que só um adequado sistema de escolarização de seus utentes poderia promover, mas de se perceber que, de certa forma, embora em frequência

mais discreta, esses fatos linguísticos perpassam por toda a língua portuguesa e que na norma linguística, na sociedade, recai determinar se os usos são adequados ou não, para se poder almoçar sem traumas e sem choques o que os cardápios possam aquém ou além-mar oferecer.